

## DECLARAÇÃO

### X CONFERÊNCIA IBERO-AMERICANA DE MINISTRAS E MINISTROS DO AMBIENTE Andorra, 16 de setembro de 2020

As Ministras, Ministros e altas autoridades do Ambiente dos países ibero-americanos, reunidos virtualmente sob os auspícios da Secretaria Pro-Tempore de Andorra, no dia 16 de setembro de 2020, no contexto da XXVII Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo.

#### **Considerando que,**

A XXVII Cimeira Ibero-Americana de Andorra é um compromisso renovado dos países da Conferência Ibero-Americana para alcançar a Agenda 2030 e os seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), subordinada ao tema “Inovação para o Desenvolvimento Sustentável - Objetivo 2030. A Ibero-América face ao desafio do Coronavírus”.

A dimensão ambiental, a par das dimensões económica e social, é um dos pilares do desenvolvimento sustentável, uma vez que não é possível conceber o desenvolvimento nem a vida humana sem o apoio de um ambiente saudável.

Os repto associados à mudança climática e à perda da biodiversidade são dois dos maiores e mais prementes desafios com que a humanidade e o planeta se deparam. O aumento da intensidade e frequência de fenómenos climáticos extremos e o alarmante avanço de eventos de desenvolvimento lento representam uma ameaça para a biodiversidade, os bens e serviços ecossistémicos, a produção alimentar, os recursos hídricos, a saúde, o abastecimento energético, a segurança e a qualidade de vida das pessoas.

Estes desafios podem desencadear migrações significativas da população e expõem os grupos mais vulneráveis a desigualdades e dificuldades ainda maiores, continuando a existir a necessidade de reduzir o seu impacto nas pessoas idosas, pessoas com deficiência, comunidades locais, povos indígenas e afrodescendentes, para assim garantir o respeito pelos direitos humanos fundamentais.

As mulheres e as meninas sofrem especialmente com a deterioração das condições ambientais, tanto nas áreas rurais quanto urbanas, devido às múltiplas dimensões e implicações da desigualdade de género, que tradicionalmente lhes atribui o papel de principais prestadoras de cuidados e fornecedoras de alimentos, água e outros abastecimentos necessários às suas famílias, entre eles, os energéticos.

Devemos reavaliar a nossa relação com a natureza para deter a recorrência de eventos devastadores, repensando os nossos padrões de consumo e produção, fortalecendo o uso sustentável dos recursos e dando prioridade ao investimento na proteção, conservação e uso sustentável da natureza para ajudar a promover as economias mundiais.

Grande parte do mundo está imersa num acelerado processo de revisão das políticas e medidas necessárias para enfrentar os desafios da mudança do clima e da perda da biodiversidade, pelo que é imprescindível que se acelere a ação climática em matéria de atenuação, adaptação e acesso aos meios de implementação.

A Ibero-América é uma das regiões com mais biodiversidade do planeta, com vários países megadiversos, a quarta parte das florestas tropicais do mundo e 50% da biodiversidade global. Neste sentido, o novo Quadro Mundial para a Biodiversidade pós-2020 representa um compromisso global para a obtenção das metas ambientais cruciais.

A Ibero-América é fundamental para alcançar essas metas e a realização da COP25 em Madrid, em dezembro de 2019, sob a presidência do Governo do Chile, salientou o compromisso da região para com o processo multilateral para lidar com os efeitos associados à mudança climática.

A Ibero-América, uma das regiões mais vulneráveis do planeta aos impactos da mudança do clima e dos seus efeitos na biodiversidade, desempenha um papel fundamental nos esforços envidados a este respeito e a sua contribuição deve ser reconhecida e apoiada pela comunidade internacional através de apoio técnico e financeiro, incluindo pagamentos por serviços ambientais.

Decorreram 11 anos desde o IX Fórum Ibero-Americano de Ministros do Ambiente de Santiago do Chile (2009) e, por iniciativa do Principado de Andorra como Secretaria Pro-Tempore, exortaram-se os países a articular um roteiro que orientasse as ações da Ibero-América para a proteção do ambiente, assegurando parcerias estratégicas com organismos e redes que já estavam em funcionamento, com o objetivo de dar continuidade à dimensão ambiental nas Cimeiras de Chefes e Chefas de Estado e de Governo seguintes.

A XXVI Cimeira de Chefes de Estado e de Governo, realizada em La Antigua Guatemala em 2018, assumiu a responsabilidade de que a Cooperação Ibero-Americana trabalhasse no âmbito da sustentabilidade ambiental e da mudança do clima de forma transversal, oferecendo um especial apoio aos trabalhos do Observatório Ibero-Americano de Desenvolvimento Sustentável e Mudança do Clima criado em La Rábida, Huelva, Espanha.

Os países ibero-americanos aprovaram na Guatemala um comunicado especial sobre a conservação e o uso sustentável dos oceanos, reconhecendo o seu importante papel como motor de desenvolvimento dos nossos países, especialmente daqueles que têm um menor índice de desenvolvimento, bem como sobre a necessidade de aumentar a resiliência dos seus habitantes e das comunidades costeiras.

Em novembro de 2019, teve lugar em Andorra o XVI Encontro Anual da Rede Ibero-Americana de Escritórios de Mudança Climática (RIOCC), onde se reafirmou o seu importante papel como espaço de diálogo e intercâmbio de informações e experiências para identificar as linhas de cooperação e promover a ação climática na região.

Em junho de 2020, se realizou a XXI Reunião da Conferência de Diretores Ibero-Americanos da Água (CODIA) para promover a discussão de políticas públicas através de diálogos técnicos entre as instituições encarregadas da gestão da água no que respeita aos ecossistemas, planificação setorial do saneamento e da depuração e promoção da cooperação na área dos recursos hídricos. Nesta reunião salientou-se a importância de uma boa gestão da água na atual crise sanitária resultante da COVID-19.

Devem continuar a registar-se progressos nas prioridades regionais em matéria ambiental, tendo em conta os trabalhos do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e o Fórum de Ministros do Ambiente da América Latina e do Caribe.

É necessário trabalhar de forma coordenada a todos os níveis, envolvendo todos os agentes e reforçando a cooperação internacional, técnica e financeira, na procura de soluções conjuntas para os desafios globais, que promovam modelos sustentáveis, equitativos e inovadores de desenvolvimento económico e social na atual crise multidimensional provocada pela COVID-19.

A inovação, associada ao conhecimento científico, deve tornar-se um fator determinante para acelerar a ação climática e o desenvolvimento sustentável, incluindo tanto a contribuição da evolução tecnológica e os conhecimentos e práticas tradicionais quanto a transformação de condutas e comportamentos dos indivíduos e instituições, para uma maior resiliência das nossas sociedades.

Os nossos países têm a oportunidade de impulsionar a dimensão estratégica da questão ambiental na Conferência Ibero-Americana, estruturando uma proposta operacional que permita consolidar a Agenda Ambiental Ibero-Americana, considerando o acervo ambiental surgido no âmbito internacional a partir da adoção das Convenções e da Declaração do Rio. Hoje, mais do que nunca, precisamos de nos envolver na construção de sociedades mais justas, inclusivas e solidárias na via de um desenvolvimento sustentável.

### **Reconhecemos que,**

Um desenvolvimento com baixas emissões e respeitador do ambiente e a conservação e uso sustentável da biodiversidade são fundamentais para não comprometer a capacidade de dar resposta aos crescentes impactos da mudança do clima, garantindo as necessidades das gerações presentes e futuras, assegurando que não se deixa ninguém para trás.

Cinco anos após a adoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e do Acordo de Paris sobre a Mudança do Clima, os dados demonstram que é necessário um maior esforço global para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e dar maior impulso aos compromissos em matéria de atenuação, adaptação e meios de implementação, bem como um aumento significativo dos recursos financeiros, de acordo com o princípio da igualdade e responsabilidades comuns porém diferenciadas e respetivas capacidades, à luz das diferentes circunstâncias nacionais.

A recuperação, conservação e uso sustentável da biodiversidade e da gestão integrada dos ecossistemas, inclusivamente com uma abordagem de adaptação, são uma resposta efetiva à multiplicação de riscos associados à mudança do clima. Neste âmbito, alguns países consideram que as soluções baseadas na natureza ou as abordagens ecossistémicas poderão contribuir para essa resposta. Uma natureza com mais biodiversidade pode proporcionar os bens e serviços ecossistémicos de que a humanidade necessita. Convergir na restauração de ecossistemas biodiversos e funcionais e lutar contra o comércio ilegal de espécies é um investimento para o nosso futuro, a nossa saúde, a nossa economia e a nossa qualidade de vida.

Se torna indispensável promover uma maior participação das mulheres a todos os níveis da adoção de decisões sobre o ambiente, integrando as suas preocupações e perspetivas nas políticas e programas e estabelecendo métodos de avaliação dos impactos das políticas ambientais nas mulheres.

A pandemia da COVID-19 veio clarificar a estreita relação entre as crises sanitárias e a crise ambiental. A gestão incorreta dos habitats naturais, o comércio ilegal de espécies e a perda da biodiversidade, multiplicam o risco de epidemias provenientes do reino animal, em particular da fauna selvagem. A diminuição da superfície dos ecossistemas naturais, bem como os efeitos da poluição e da mudança do clima, representam um enorme custo sanitário. Investir na proteção, conservação e uso sustentável da natureza, incluindo em mecanismos de cooperação internacional, constitui uma estratégia fundamental para prevenir outras crises semelhantes.

Os atuais padrões de produção e consumo das nossas sociedades desempenham um papel fundamental na perda da biodiversidade e no aumento das emissões de gases com efeito de estufa, pelo que devem mudar significativamente para enfrentarem os novos desafios globais. Devemos progredir para uma economia mais sustentável com circuitos mais eficientes que melhorem as cadeias de fornecimento e de valor e a qualidade do consumo, adotando comportamentos mais responsáveis e reduzindo a produção de resíduos. A educação e a promoção de comportamentos mais sustentáveis são dois dos principais instrumentos para abordar estes desafios e é necessária uma reaproximação das sociedades humanas à natureza para assegurar a prosperidade comum.

A recuperação progressiva de sistemas produtivos baseados na coexistência de diferentes sistemas agrícolas sustentáveis favorece a transição para um modelo de produção e consumo capaz de contribuir para a segurança alimentar e a recuperação de conhecimentos tradicionais. Apoia também o impulso de modelos de economia baseados na redução, recuperação e reciclagem a favor da manutenção, conservação e uso sustentável da biodiversidade.

Uma produção alimentar saudável, acessível, culturalmente atrativa e diferenciadora permite integrar o património natural e cultural e a paisagem nas cadeias de valor económico, potenciando o turismo e a gastronomia sustentáveis e simultaneamente aumentando a qualidade de vida da cidadania, particularmente das populações rurais e costeiras.

Existe uma urgente necessidade de intensificar esforços para avançar em quadros regulamentares que permitam diminuir e substituir a produção de resíduos perigosos, especialmente marinhos, plásticos e microplásticos, aumentando os índices de reciclagem onde quer que se originem, promovendo a conceção de produtos sustentáveis para a reutilização, reparação e capacidade de serem reciclados, em sintonia com a transição para modelos económicos sustentáveis.

Quer os países sem litoral quer os insulares têm limitações consideráveis de desenvolvimento, particularmente no que se refere aos transportes, produção e consumo sustentáveis e à adaptação aos efeitos negativos da mudança do clima.

A conservação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, tais como as florestas, pastagens, charnecas, mangais e zonas húmidas, bem como dos oceanos e ecossistemas aquáticos, marinhos e costeiros, são fundamentais para o processo de regulação do clima e proporcionam outros serviços ambientais e ecossistémicos, pelo que os devemos valorizar nas agendas nacionais e internacionais, criando por sua vez parcerias estratégicas com agentes de impacto a nível territorial, tais como os governos locais, comunidades rurais e indígenas, universidades, setor privado, sociedade civil e organizações sociais.

É necessário conservar o solo como meio e recurso indispensável para a biodiversidade e a vida humana, pelo que a luta contra a desertificação e a degradação das terras é uma prioridade para os nossos países.

A sustentabilidade da água é imprescindível para a humanidade. A gestão integrada e o uso eficiente da água, de forma articulada com a conservação dos ecossistemas e a planificação equitativa e inclusiva do território, maximizam a segurança hídrica dos países, através de processos de governação efetiva que facilitem a cooperação com setores como o da energia e alimentação.

Dado os impactos significativos da mudança do clima nos recursos hídricos e a sua importância para quase toda a atividade económica e o bem-estar social e económico das pessoas, estes devem ser objeto de uma gestão integral e transversal por parte dos países da região.

A Conferência Ibero-Americana de Diretores da Água (CODIA) acordou nos seus diálogos técnicos em que a integração do planeamento setorial do saneamento e da depuração no contexto da gestão integrada de recursos hídricos são fundamentais e servirão para a obtenção da Agenda 2030 e especialmente do ODS 6: Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e do saneamento para todos.

O acesso à água potável e ao saneamento básico é essencial para reduzir as lacunas entre os âmbitos urbano e rural, bem como para garantir a sua prestação em conformidade com os princípios de eficiência, universalidade e solidariedade.

É necessário promover medidas para garantir uma adequada atenção e resposta às necessidades específicas das mulheres e meninas quanto ao acesso universal e equitativo a serviços de água potável e saneamento, como elemento indispensável para

a igualdade de género e o empoderamento das mulheres e das meninas, em consonância com as metas propostas nos ODS 5 e 6.

Entendemos a inovação como um acelerador da sustentabilidade, com a firme vontade de promover mudanças positivas, tangíveis e inclusivas, não exclusivamente tecnológicas, que criem soluções sociais e ambientais mensuráveis, tanto no setor público quanto no conjunto das nossas sociedades, integrando o desenvolvimento sustentável e o respeito pelos conhecimentos tradicionais associados à diversidade biológica. A inovação e o conhecimento, bem orientados, são valiosos instrumentos para prevenir e enfrentar as transformações bruscas e disruptivas provocadas pela mudança do clima, perda de biodiversidade, catástrofes naturais e crises sanitárias.

É necessário explorar as vantagens que a inovação e o conhecimento científico oferecem para consolidar tecnologias limpas e com baixas emissões de carbono, bem como sistemas de prevenção, monitorização e recuperação para dar resposta ao aumento da frequência e intensidade dos eventos externos, desastres naturais e crises sanitárias. Também se encoraja a produção de energias renováveis e a melhoria da eficiência energética na Ibero-América, o que além disso é um importante motor de criação de emprego.

O Estado é um agente fundamental para a constituição de alianças, especialmente com a comunidade científica, setor privado e outros agentes da sociedade civil, para melhorar os conhecimentos e a implementação das ferramentas que reforçam a componente ambiental, sem deixar ninguém para trás. Neste sentido, é importante contar com políticas públicas eficazes e indicadores inovadores, fortalecendo os mecanismos de medição, diagnóstico e divulgação de resultados. Estes instrumentos também permitirão à sociedade civil e às empresas adequar os seus comportamentos e estratégias a um modelo de desenvolvimento económico com baixo teor de carbono, tornando-os parceiros estratégicos da Agenda 2030.

A recuperação económica da crise provocada pela COVID-19 necessita de integrar a dimensão ambiental sem que o impacto da pandemia trave a capacidade dos governos para atribuir recursos à promoção do desenvolvimento sustentável, garantindo o Princípio de Não Regressão Ambiental. Devemos aproveitar o atual contexto para estabelecer os fundamentos de um sistema económico sustentável, inclusivo e sem obstáculos, respeitando o direito ao desenvolvimento dos países e a cooperação internacional. O investimento público e privado e o sistema financeiro internacional, incluindo as instituições financeiras multilaterais, fundos, bancos e investidores, desempenham um papel primordial na reativação económica e também devem incorporar esta variável, participando na promoção de soluções para a conservação ambiental e a ação climática.

As amplas oportunidades de investimento e emprego que os modelos de economia circular oferecem no contexto de padrões de produção e consumo sustentável, com baixas emissões de carbono e biodiversos, fazem com que estes sejam sempre mais vantajosos, caso se tenham em conta os custos globais da mudança do clima e a gestão inadequada dos recursos.

Os países ibero-americanos têm a responsabilidade de avaliar todas as situações de forma coordenada e de partilhar conhecimentos e experiências para minimizar os riscos e aumentar a resiliência dos nossos territórios e sociedades, procurando garantir o acesso à água potável e à energia, enquanto serviços públicos. Devemos promover a reinvenção das cidades e dos processos de urbanização, e uma mobilidade sustentável baseada no transporte público com baixas emissões que simultaneamente permita o desenvolvimento territorial, rural e uma melhor qualidade vida dos cidadãos.

#### **Acordamos,**

Instar os países a reafirmar os seus compromissos de ação climática (atenuação, adaptação e meios de implementação), atualizando também as suas contribuições determinadas a nível nacional e apresentando, logo que possível, estratégias a longo prazo para um desenvolvimento com baixas emissões de gases com efeito de estufa, cumprindo assim os compromissos do Acordo de Paris, e respeitando o princípio da igualdade e responsabilidades comuns porém diferenciadas e respetivas capacidades, à luz das diferentes circunstâncias nacionais.

Exortar os países a um maior compromisso na construção e implementação do Quadro Mundial para a Biodiversidade pós-2020, estabelecendo metas e objetivos que permitam responder à magnitude do desafio da perda de biodiversidade.

Pedir à SEGIB que desenvolva as seguintes ações para o período 2021-2022, de forma a que definam a Agenda Ambiental Ibero-Americana:

1. Promover o **intercâmbio de informações ambientais, a cooperação e a coordenação das redes** ibero-americanas RIOCC, CODIA e CIMHET de forma a que as suas iniciativas contribuam para a **Agenda Ambiental Ibero-Americana**, sem prejuízo de que outras redes que trabalham em matéria de ambiente também façam parte desta vasta estratégia.
2. Definir **linhas de ação ibero-americanas** para responder aos desafios da mudança do clima e da perda de biodiversidade com o apoio das redes RIOCC, CODIA e CIMHET e do Observatório Ibero-Americano de Desenvolvimento Sustentável de La Rábida.



3. Incluir no **Plano Ibero-Americano de Gastronomia e Alimentação** para a Agenda 2030 (PIGA2030), que será proposto para aprovação no contexto da XXVII Cimeira Ibero-Americana de Andorra, a conceção de um sistema ibero-americano de reforço dos sistemas agroalimentares sustentáveis e diversos, reduzindo os desperdícios alimentares, fomentando uma mudança de modelo de produção e consumo, e promovendo a comunidade e a cultura como incentivo.
4. Investir na natureza como fonte de saúde e emprego, promovendo **ações para a conservação, uso sustentável e restauração dos ecossistemas terrestres** com incentivos para evitar a desflorestação, fomentar a recuperação de solos degradados e impulsionar a agricultura sustentável.
5. Fomentar a **gestão e planificação integrada dos recursos hídricos**, incluindo os ecossistemas relacionados com a água e o uso para consumo humano e saneamento, como elementos que contribuem para a realização do ODS 6, bem como para o cumprimento da Agenda 2030 em geral.
6. Reforçar as políticas para **dar resposta à mudança do clima em matéria de atenuação e adaptação**, e destacar o papel desempenhado pelos observatórios e centros de investigação e inovação da região no acompanhamento dos seus impactos.
7. Trabalhar na **abordagem territorial da dimensão ambiental** na Conferência Ibero-Americana, promovendo os espaços de diálogo e coordenação multinível e multiagente, bem como a cooperação transfronteiriça e regional.
8. Identificar potenciais sinergias e fontes de financiamento com o PNUMA, Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), União Europeia e outros organismos internacionais, que permitam unir forças perante uma crise comum e interdependente.
9. Analisar e promover, em conjunto com outros agentes relevantes da Ibero-América, mecanismos de inovação financeira para o empreendedorismo sustentável no âmbito rural e urbano, e conceber uma proposta para apreciação na próxima Conferência Ibero-Americana do Ambiente.
10. Coordenar, em conjunto com Observatório Ibero-Americano de La Rábida, a realização de seminários público-privados, especializados e periódicos, para o intercâmbio de soluções inovadoras em torno do cumprimento dos objetivos e metas de desenvolvimento sustentável, baseados em modelos de bioeconomia e de economia sustentável.

### Agradecemos

O necessário trabalho realizado pelos organismos do espaço ibero-americano tais como, entre outros, a Rede Ibero-Americana de Escritórios de Mudança do Clima (RIOCC), Conferência Ibero-Americana de Diretores da Água (CODIA), Conferência de Diretores

de Serviços Meteorológicos e Hidrológicos Ibero-Americanos (CIMHET) e Observatório Ibero-Americano de Desenvolvimento Sustentável e Mudança do Clima de La Rábida, Huelva.

À Secretaria Pro-Tempore do Governo de Andorra, ao Ministério do Ambiente, Agricultura e Sustentabilidade de Andorra e à Secretaria-Geral Ibero-Americana, pela organização e realização desta reunião, bem como o sucesso e os resultados obtidos.